

**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NA AMAZÔNIA:  
IMPACTOS E OPORTUNIDADES****EDITORIAL**

Esta edição do Contexto Amazônico aborda os principais aspectos regionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Lançado em 22 de janeiro de 2007, essa iniciativa prevê alocar investimentos da ordem de R\$ 503,9 bilhões, sendo que a Amazônia deve receber cerca de R\$ 83,6 bilhões deste valor. De iniciativa do Governo Federal, o PAC pretende acelerar o ritmo de crescimento da economia brasileira, aumentar a oferta de emprego e a renda, diminuir as desigualdades sociais e regionais e manter sob controle os fundamentos macroeconômicos (inflação, política fiscal e setor externo). As informações e análises contidas nesta edição procuram ressaltar os principais investimentos projetados para a Amazônia quanto aos três eixos do Programa: infraestrutura energética; logística; e, social e urbana, bem como contribuir na identificação de oportunidades produtivas que devem surgir a partir desse Programa. Este Boletim contempla cinco seções: a primeira apresenta uma discussão teórica sobre a relação entre investimento público e o desenvolvimento econômico; a segunda, contextualiza o Programa e seus grandes números; a terceira, ressalta a contribuição direta do Banco da Amazônia no financiamento de projetos privados relacionados aos eixos do PAC; a quarta, discorre acerca dos investimentos do Programa nos nove estados da Amazônia. Ao final apresentam-se algumas reflexões para orientar futuras iniciativas em prol de um desenvolvimento mais sustentável para a Região, lembrando que o papel estratégico que cabe ao desenvolvimento da Amazônia é o de gerar oportunidades econômicas fundamentadas nas potencialidades de seus recursos naturais, nas habilidades produtivas de suas populações e nos serviços ambientais que pode prestar ao planeta. Boa leitura!

**1 INVESTIMENTO PÚBLICO E O  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

A literatura econômica é farta em apontar a complementaridade entre os investimentos públicos e privados e seu efeito positivo sobre o crescimento econômico. Na China e Coréia do Sul, por exemplo, percebe-se uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), para o período de 1996 a 2005, da ordem de 8,9% e 4,4% ao ano, respectivamente, enquanto a taxa de investimento como proporção do PIB para essas economias foi da ordem de 35,3% e 32,0%. No Brasil essas relações são: 2,2% para o crescimento do PIB e 19,5% para a taxa de investimento (MORI, 2007).

O desenvolvimento econômico pode ser entendido como um processo histórico de acumulação de capital (físico, humano, institucional) e de aumento da produtividade por que passa a economia de um país, levando ao crescimento sustentado da renda por habitante e à melhoria dos padrões de vida de sua população. Bresser-Pereira (2006) chama a atenção para o fato de que, ainda hoje, os governos continuam a ser instrumentos fundamentais na implementação desse processo.

Nessa linha, o investimento público tem o papel de induzir o nível de atividade do setor privado e contribuir para um melhor ajuste do regime macroeconômico. Reis (2008) aponta quatro principais formas para se processar essa indução: i) o investimento público ocasiona investimento privado induzido pelo tradicional efeito multiplicador; ii) pela expansão e integração física do mercado interno, sobretudo através da infraestrutura; iii) os serviços propiciados pelos investimentos da atividade empresarial do governo e pela administração pública reduzem os custos de produção da iniciativa privada e elevam a produtividade geral da economia; iv) o investimento público e a política de compra das empresas estatais podem se constituir em demanda autônoma que incentiva o uso da instalação ociosa ou a extensão da capacidade produtiva de setores que de outra forma não teriam estímulos para produzir.

Analisando as relações entre investimento público e o desenvolvimento econômico no Brasil percebe-se, a partir do estudo de Reis (2008), que a redução dos investimentos por parte do Estado desde os anos oitenta, notadamente em infraestrutura, impactou no nível de

investimento privado, afetando de forma negativa o PIB que passou a crescer em torno de 2,5% ao ano, bem inferior as taxas médias anuais de 6,23% e 8,93%, percebidas em outros momentos da economia quando o setor público teve um papel central na criação das bases da infraestrutura brasileira.

No Brasil, em especial na Amazônia, a infraestrutura ainda é um importante gargalo que dificulta a competitividade a médio e longo prazo, impedindo, inclusive, maior participação no mercado mundial. Nessa área são conhecidos os problemas de armazenagem, transportes e portos, dentre outros.

Furtado (2004) chama atenção para os cortes desmedidos nos investimentos públicos brasileiros e para seus efeitos, particularmente, nefastos nas regiões mais dependentes de aplicações do governo federal. Os investimentos em infraestrutura, saúde e educação, nessas regiões, tem papel preponderante em estabelecer as condições para ampliar a estrutura produtiva e atrair novos negócios sustentáveis para a economia regional. Nessa linha, ainda, Silva (2007) aponta os investimentos em educação, capacitação de recursos humanos, ciência e tecnologia como estratégicos para o desenvolvimento da Região Norte.

O PAC, por sua vez, constitui-se em um esforço importante na tentativa de minorar esses problemas e de induzir o maior nível de investimento privado. A partir desse Programa são previstos investimentos públicos da ordem de R\$ 503,9 bilhões para serem aplicados em obras de infraestrutura nos próximos anos. Esse montante elevaria de

## 2 STATUS ATUAL DO PAC

O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado e aumentar os investimentos públicos em infraestrutura, além de remover obstáculos ao crescimento econômico. Suas medidas estão organizadas em cinco blocos: investimento em infraestrutura; estímulo ao crédito e ao financiamento; melhoria do ambiente de investimento; desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e, medidas fiscais de longo prazo. Com essas ações o Governo pretende conciliar quatro objetivos macroeconômicos: crescimento com distribuição de renda, estabilidade monetária, equilíbrio externo e redução das desigualdades regionais.

Os investimentos correspondem a R\$ 503,9 bilhões, para o período 2007-2010, sendo que mais da metade dos recursos vão para o setor energético, R\$ 274,8 bilhões, o segundo maior beneficiado foi o de infraestrutura social e urbana com R\$ 170,8 bilhões, seguido pelo de logística com R\$ 58,3 bilhões.

Com a expansão desses investimentos e a renúncia fiscal deverá ocorrer um efeito multiplicador positivo sobre o PIB, uma vez que, tais inversões visam eliminar os principais gargalos que podem limitar o crescimento da

19,5% para 22,0% a taxa de investimento em relação ao PIB brasileiro.

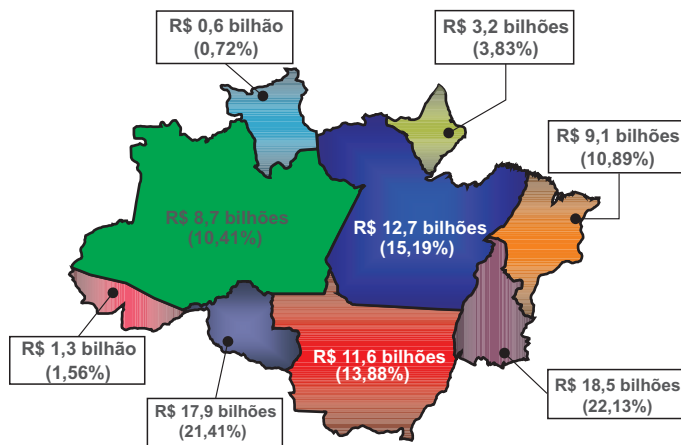
Cassarotto Filho e Pires (1998); Abramovay (2000); Barreto e Arraes (2002) sugerem alguns mecanismos complementares que podem ser úteis na formulação de estratégias de desenvolvimento, como: i) mobilizar os atores em torno de uma "idéia guia"; ii) contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto; iii) desenvolver um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; iv) realizar o projeto em tempo definido; v) criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade entre os protagonistas do pacto territorial; vi) elevar o capital social e humano na região.

Em se tratando de criar as condições necessárias para promoção do desenvolvimento econômico é sempre oportuno refletir sobre os ensinamentos de Furtado (2004), quando afirma que dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. As estruturas dos países que lideram o processo de desenvolvimento econômico e social não resultaram de uma evolução automática, inercial, mas de opção política orientada para formar uma sociedade apta a assumir um papel dinâmico nesse processo.

economia. Segundo Moreira (2006), essas medidas pretendem estimular um ciclo endógeno em que os investimentos induzidos, do setor privado e do Estado, possam criar seus próprios mercados, estimulando o crescimento da capacidade produtiva interna.

Quanto à distribuição dos recursos do PAC entre as regiões, no período de 2007-2010, observa-se que os estados da Região Sudeste irão concentrar a maior parcela dos investimentos, da ordem de R\$ 243,6 bilhões, ou seja, 48,34% dos recursos. O Nordeste com R\$ 115,6 bilhões (22,94%) ficou com a segunda dotação. Os estados do Norte totalizam recursos de R\$ 62,9 bilhões, ou 12,48% do valor a ser investido. As regiões Sul e Centro-Oeste receberam juntas 16,24% dos recursos. Quando são considerados os estados da Amazônia Legal esse valor sobe para R\$ 83,6 bilhões, pouco mais de um terço dos investimentos que foram destinados ao Sudeste (Mapa 1).

Segundo o quarto balanço do PAC (Boletim do PAC, 2008), os primeiros resultados dos investimentos começaram a aparecer entre o final de 2007 e abril de 2008. Nesse período 88 obras já haviam sido concluídas nas áreas de infraestrutura, logística e energética, equivalentes a



Mapa 1 - Distribuição dos investimentos do PAC pelos estados da Amazônia Legal, 2007-2010.

Fonte: Brasil, 2008. Elaboração dos autores.

investimentos da ordem de R\$ 10,1 bilhões. Segundo esse documento, o crescimento da economia brasileira de 5,4%, em 2007, foi fortemente induzido pela formação bruta de capital fixo, que se expandiu à taxa de 13,4%, naquele ano, enquanto o consumo das famílias cresceu a 6,5%, o consumo do governo 3,1%, as exportações de bens e serviços 6,6% e as importações 20,7%.

Para se ter uma idéia dos impactos do PAC sobre a economia, o Gráfico 1 ilustra os efeitos do crescimento da produção de bens de capital de 19,9%, nos setores da economia, acumulado em 12 meses até março de

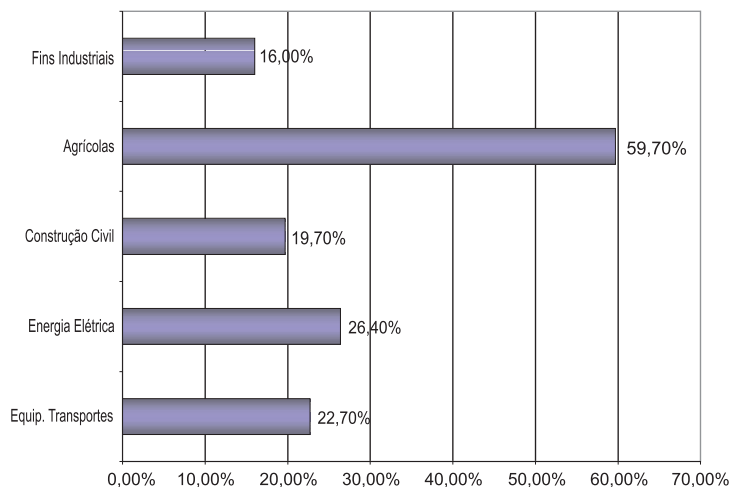


Gráfico 1 - Evolução da produção dos bens de capital acumulados em 12 meses, até março de 2008.

Fonte: Boletim do PAC, 2008.

2008, onde o setor agrícola foi o que mais se destacou no período com uma expansão da ordem de 59,7%, seguido dos que foram direcionado para energia elétrica com 26,4% (Boletim do PAC, 2008).

Quanto à Amazônia, percebe-se que a estratégia principal a partir do PAC diz respeito as obras de infraestrutura energética que devem receber 58,66% dos recursos projetados. As áreas de logística e infraestrutura social e urbana, vão ficar, respectivamente, com 25,93% e 15,41% dos recursos. Esses investimentos são analisados na seção 4 deste Boletim.

### 3 A PARTICIPAÇÃO DO BANCO DA AMAZÔNIA NO PAC

O Banco da Amazônia, alinhado com as políticas públicas do governo federal, veem apoiando diversas iniciativas empresariais no intuito de fortalecer os investimentos realizados a partir do PAC. Já são 23 projetos aprovados envolvendo empreendimentos considerados estruturantes no setor rural, industrial, infraestrutural e de serviços. Nessa linha, podem ser citados projetos de geração e distribuição de energia a partir de pequenas centrais hidrelétricas, construção de portos, modernização da frota de transporte de cargas e passageiros e ampliação da capacidade hoteleira em diversos municípios com esse déficit.

Os investimentos contratados e a contratar, nessas condições, somam cerca de R\$ 1,6 bilhão, conforme Gráfico 2. Outros 11 projetos encontram-se em análise no Banco, envolvendo um montante da ordem de R\$ 250,2 milhões. As fontes de recursos utilizadas nesses financiamentos são, em sua maior parte, provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA).

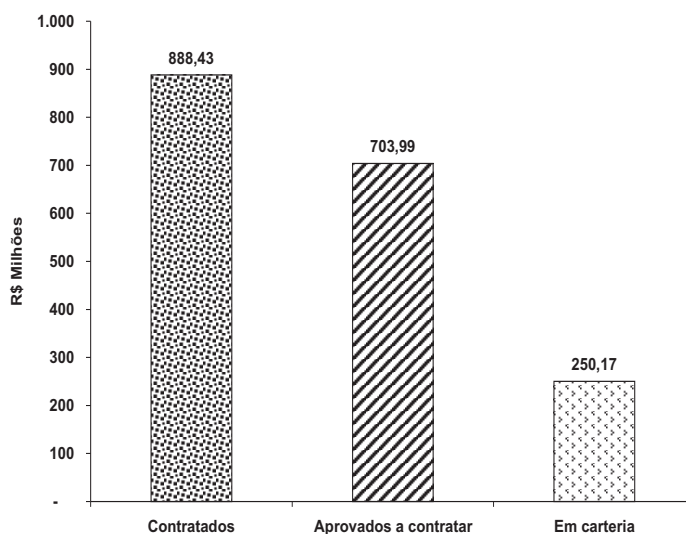


Gráfico 2 - Projeto do PAC contratados e em análise pelo Banco da Amazônia, dezembro de 2008.

Fonte: Banco da Amazônia, 2008.

Nesta seção, apresenta-se os investimentos planejados a partir do PAC para os 9 estados da Amazônia Legal, considerando o período de 2007 a 2010.

#### 4.1 PAC NO ESTADO DO ACRE

A partir do PAC planeja-se investir cerca de R\$ 1,28 bilhão, no período que vai até 2010, em obras de infraestrutura de logística (52,39%) e social e urbana (47,61%) em vários municípios do estado, inclusive na capital.

Na área de logística, o principal investimento é a construção e pavimentação da BR-364 ligando os municípios de Sena Madureira a Cruzeiro do Sul, com vistas a melhorar a interligação interna e regional do estado e contribuir na redução dos custos do transporte de carga. A partir dessa obra, muitas iniciativas produtivas poderão ter facilitado seu escoamento com vistas a atingir um mercado mais amplo, quer seja no próprio estado, ou na região como um todo.

As obras de infraestrutura social e urbana visam à universalização do acesso a energia elétrica, abastecimento de água, ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário, drenagem de igarapés para o controle da malária, erradicação de palafitas em diversos municípios do estado, inclusive na capital que ainda tem graves problemas, como o abastecimento de água que só atende 50% da população ou da perda na sua captação que é da ordem de 70%, gerando desperdícios e altos custos sociais e privados. Essas iniciativas são importantes para melhorar a qualidade de vida da população, reduzir gastos com saúde curativa, minorar custos sociais inaceitáveis e contribuir com as perspectivas do setor produtivo.

Paralelamente, estão sendo desenvolvidos dois projetos importantes na perspectiva de elevar a qualificação do capital humano. A expansão da rede federal de Escolas Técnicas em Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Rio Branco e a criação do campi da Universidade Federal do Acre (UFAC) em Cruzeiro do Sul são investimentos imprescindíveis para elevar a oferta de mão-de-obra especializada para tocar as iniciativas empresariais e de gestão pública da economia acreana.

Essas iniciativas vem ao encontro de solucionar alguns dos mais sérios problemas enfrentados atualmente, como o fato de contar com um mercado interno restrito pela dificuldade de acesso e interligação entre os centros de produção e consumo estadual e regional, principalmente em função da falta de infraestrutura logística. A elevação do capital humano, quer a partir da melhoria no padrão de vida, ou mediante a ampliação de oportunidades de qualificação e profissionalização, são importantes para melhorar o nível produtivo, de gerenciamento e cobrança das políticas públicas que devem ser implementadas no intuito

de sustentar um desenvolvimento em bases mais efetivas. No médio e longo prazo, esses investimentos serão sentidos na estruturação e fortalecimento dos aglomerados produtivos vocacionais da economia acreana.

#### 4.2 PAC NO ESTADO DO AMAPÁ

Os investimentos previstos para o estado são da ordem de R\$ 3,15 bilhões até 2010, sendo 71,99% para infraestrutura energética, 19,91% para logística e 8,10% para social e urbana.

A maior parcela dos investimentos visa garantir a segurança energética e a modicidade tarifária para o estado a partir da interligação com a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. Essa obra é estratégica para assegurar a oferta de energia que beneficiará tanto o consumidor doméstico, ainda pouco atendido, como possibilitará atrair novos empreendimentos produtivos onde a energia é insumo básico, como nas atividades agroindustriais.

Na parte de logística, duas obras estão sendo contempladas: a pavimentação da BR-156, incluindo a construção de ponte internacional sobre o rio Oiapoque, com vistas à integração com a Guiana Francesa; e, a construção do novo terminal de passageiro no aeroporto de Macapá. Essas iniciativas permitirão a intensificação do comércio e do turismo na região, ao tempo que permitem uma melhor interligação de seu território e os reflexos disso no sistema de produção.

Quanto às iniciativas na área social e urbana estão programadas as seguintes obras: universalização do acesso à energia elétrica; ampliação da capacidade de tratamento, preservação e distribuição de água na região central e norte de Macapá; ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário nas bacias de Fortaleza e Beírol em Macapá; urbanização integrada com a erradicação das palafitas e recuperação de igarapés em Macapá; drenagem para controle da malária em Santana, Calçoene, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande. Assim, pretende-se resolver problemas estruturantes nos principais centros urbanos do estado.

#### 4.3 PAC NO ESTADO DO AMAZONAS

A economia do Amazonas baseia-se na indústria, no extrativismo, inclusive de petróleo e gás natural, mineração e pesca. Em 2005, posicionou-se como a 15ª economia do Brasil em termos de PIB. Atualmente, através dos eventos da Feira Internacional da Amazônia (FIAM), o estado vem atraindo diferentes investidores, brasileiros e de outras nacionalidades, com vistas a conhecer os diferentes pólos tecnológicos existentes na região, principalmente, o Pólo Industrial de Manaus (PIM). Essa iniciativa tem ajudado a revelar o potencial econômico da Amazônia e suas vantagens competitivas.

Neste contexto, os investimentos do PAC para o estado proporcionarão a melhoria das condições infraestruturais, estimulando o aparecimento de novos negócios no estado. Os recursos alocados para o Amazonas são da ordem de R\$ 8,7 bilhões. Desse montante, R\$ 6,3 bilhões são para investimentos exclusivos e R\$ 2,4 para aqueles de caráter regional. A distribuição entre os setores será na seguinte proporção: infraestrutura logística R\$ 1,0 bilhão, energia R\$ 6,1 bilhões e social e urbana R\$ 1,6 bilhão.

No que diz respeito a logística o objetivo é, principalmente, a integração com os demais estados da Região Norte e com a Região Centro-Oeste, através da BR-319, que visa a redução do custo de transporte de carga. O setor de turismo será estimulado por meio da ampliação do aeroporto de Manaus, e ainda pretende-se permitir maior acesso fluvial aos municípios da região amazônica. Os empreendimentos exclusivos, nesse setor somam R\$ 0,9 bilhão, enquanto que os regionais R\$ 50 milhões.

Assim como ocorre com os demais estados, os recursos para o setor de energia visam garantir a segurança energética e a redução das tarifas para o Amazonas e Região Norte. Além disso, busca ampliar a malha de gasodutos, garantindo o suprimento de gás natural; desenvolver e ampliar a produção de petróleo no estado; e, expandir e modernizar o parque de refino amazonense, garantindo insumo básico para as empresas que desejarem se instalar no estado. Do total dos recursos, R\$ 3,8 bilhões serão para empreendimentos no Amazonas e R\$ 2,3 para os regionais.

Para infraestrutura social e urbana, dos R\$ 1,6 bilhão foram alocados R\$ 378 milhões para empreendimentos exclusivos que visam a universalização do acesso à energia em 2010. Em saneamento serão aplicados R\$ 651,3 milhões e R\$ 548,5 milhões vão para a habitação. Dentre as prioridades do estado, nessa área, estão a regularização emergencial do abastecimento de água nas zonas Norte e Leste de Manaus e a recuperação de igarapés e produção habitacional para reassentamento de famílias moradoras de áreas de risco. Espera-se que tais ações proporcionem melhoria na qualidade de vida das famílias amazonenses.

#### **4.4 PAC NO ESTADO DO MARANHÃO**

O extrativismo vegetal e a agricultura de subsistência ocupam a ponta da economia maranhense, no entanto, nos últimos anos vem ocorrendo transformações na agricultura e na indústria, principalmente, a partir da estratégia de posicionar o estado como corredor exportador de minérios, produtos agrícolas e industriais.

Na pecuária, o principal rebanho é o bovino, criado em todo espaço maranhense. A pesca é a principal atividade do extrativismo animal, sendo na sua maioria artesanal, mas apresenta potencialidade para o surgimento de negócios devido a extensão do seu litoral, a grande plataforma continental, estuários fluviais, marés e correntes marinhas. No extrativismo vegetal o principal produto é o babaçu.

A indústria maranhense tem como base a

produção de gêneros alimentícios, utilizando como matéria-prima os produtos de extração vegetal e principalmente os produtos oriundos da agropecuária. O estado conta com 7 distritos industriais, todos localizados às margens ou em áreas que sofrem influência da Estrada de Ferro Carajás. O mais importante é o de São Luís, situado a sudoeste da Ilha, onde estão instaladas as fábricas de Alumina e Alumínio da ALUMAR, considerado um dos maiores do mundo, duas cervejarias (Brahma e Antarctica) e aproximadamente 40 outras empresas.

Até 2010, no âmbito do PAC, estão previstos investimentos de R\$ 9,1 bilhões. O montante dos investimentos foi distribuído setorialmente da seguinte forma: infraestrutura logística R\$ 0,9 bilhão, energia R\$ 5,6 bilhões, infraestrutura social e urbana R\$ 2,6 bilhões.

No que tange a infraestrutura logística, 65,17% são para manutenção e duplicação de rodovias (BR-135); 20,73% destinam-se a construção, ampliação e recuperação do Porto de Itaqui; e 14,10% para dragagem do mesmo Porto. Essas obras visam ampliar o escoamento da produção regional para consumo interno e exportação, proporcionando o aumento da competitividade dos produtos regionais. Para a construção da conexão entre a ferrovia Transnordestina e a Norte-Sul foi destinado R\$ 1,0 bilhão.

Os investimentos para infraestrutura energética objetivam garantir a segurança energética a um baixo custo para o Maranhão e para a região Nordeste como um todo, através da geração e transmissão de energia elétrica, termo elétrica, hidrelétrica e combustíveis renováveis, sendo que os investimentos para empreendimentos exclusivos são da ordem de R\$ 1,3 bilhão e para aqueles de abrangência regional R\$ 4,3 bilhões. A energia elétrica será beneficiada com 94,66% dos investimentos, sendo distribuído entre a Companhia Energética do Maranhão, oriunda de dois sistemas operacionais: Companhia Hidrelétrica de São Francisco, através da Hidrelétrica Presidente Castelo Branco e Boa Esperança no rio Parnaíba, responsável pelo abastecimento hidrelétrico do Nordeste Ocidental (MA e PI); e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, através da Hidrelétrica de Tucuruí no rio Tocantins, fornecedora da energia para os projetos econômicos, inclusive para a cidade de São Luís e mais recentemente um grande número de municípios de baixada.

Os recursos para infraestrutura urbana e social objetivam proporcionar a universalização do acesso a energia elétrica em 2010. Além disso, busca proporcionar melhoria na qualidade de vida da população maranhense, através da ampliação da coleta de tratamento de esgoto na ilha de São Luís; revitalização do rio Parnaíba, ampliação do abastecimento de água; remoção de moradias localizadas em beira de córregos e áreas de risco, tais como, São Luís, Caxias, Timon e Imperatriz.

#### **4.5 PAC NO ESTADO DO MATO GROSSO**

Os investimentos do PAC para o estado do

Mato Grosso, até 2010, somam R\$ 11,6 bilhões, sendo que para infraestrutura logística foram destinados R\$ 3,0 bilhões, energia R\$ 7,0 bilhões, e sociais e urbanos R\$ 1,6 bilhão. Com um PIB de aproximadamente R\$ 37,5 bilhões, a pecuária e a agricultura são as principais atividades produtivas do estado. Em virtude do crescimento econômico propiciado pelas exportações, atualmente é um dos mais destacados na produção e exportação de soja do País.

Os recursos da logística visam à integração do território do estado e a melhoria de sua interligação com a região Norte e com o estado de São Paulo. Neste sentido, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 3,0 bilhões para construção, duplicação, pavimentação e sinalização de rodovias como a BR-158 e BR-163 que permitirá um fluxo melhor da produção e redução dos custos de transportes de carga entre estes estados, principalmente, favorecendo o surgimento de novos negócios. Vale destacar que pela rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163) é escoada boa parte da produção sojeira do Mato Grosso, que segue até o porto de Santarém, aquecendo a economia da cidade, tanto pela exportação do grão como pela franca expansão de seu plantio.

Outra ação importante para a economia do estado é a consolidação do corredor exportador, buscando o aumento da produtividade regional através da construção do trecho Alto Araguaia-Rondonópolis da Ferronorte, BR-242, BR-158, BR-364 e da Hidrovia Paraná-Paraguai. Objetivando apoiar o segmento de turismo foram previstos investimentos de R\$ 25 milhões para a complementação da reforma do terminal de passageiros do aeroporto de Cuiabá.

Os recursos destinados para o setor energético, da ordem de R\$ 3,0 bilhões, sendo que R\$ 2,9 bilhões serão aplicados na geração e transmissão de energia elétrica e R\$ 153,3 milhões irão para a geração de combustíveis renováveis, biodiesel, aproveitando-se, dessa forma, sua potencialidade para a produção de oleaginosas. O montante de R\$ 4,0 bilhões será destinado a empreendimentos de alcance regional, o que beneficiará, principalmente os estados fronteiriços.

Na infraestrutura social e urbana estão sendo investidos R\$ 1,5 bilhão, 12,93% dos recursos, sendo que para o projeto "Luz para Todos" destinam-se R\$ 497,9 bilhões, 33,11% desse montante. Para as obras de saneamento foram alocados a maior parcela dos recursos R\$ 579,4 milhões, 38,54% e para a habitação R\$ 426,1 milhões, o correspondente a 28,34% dos investimentos. Com essas ações buscam-se a melhoria no nível do bem-estar da população através da proteção ambiental do Pantanal, ampliação do sistema de abastecimento de água e remoção de moradias localizadas em beiras de córregos e áreas de risco que irão beneficiar, principalmente, os municípios de Cuiabá, Rondonópolis e Várzea Grande.

#### **4.6 PAC NO ESTADO DO PARÁ**

A economia do estado do Pará é uma das mais diversificadas da Amazônia, com destaque para o

extrativismo (minério, madeira e pesca), a agricultura, a pecuária, a indústria e o turismo que se encontram distribuídas por todo seu território. Os investimentos previstos no PAC para o estado, no período 2007-2010, são da ordem de R\$ 12,7 bilhões, sendo R\$ 10,1 bilhões para empreendimentos exclusivos e R\$ 2,6 bilhões para os regionais. Por sua grande diversidade, esses investimentos poderão favorecer o surgimento de negócios nos diferentes setores.

Quanto aos investimentos para infraestrutura logística, R\$ 3,5 bilhões, servirão para ampliação e pavimentação de estradas e estruturação de hidrovias e portos, objetivando a integração dos estados da região Norte e desses com a região Centro-Oeste, reduzindo custos de transportes e cargas. No que se refere à ampliação e pavimentação de estradas, estão previstas obras na BR-163 e BR-230. Pela BR-163 ocorre o escoamento da soja para a exportação, que aquece a economia da cidade de Santarém, assim como a produção dessa *commodity* no município. A ampliação da infraestrutura hidroviária busca o aquecimento das exportações através da construção de eclusas no rio Tocantins, propiciando o aumento da competitividade dos produtos regionais. A construção de terminais hidroviários em Santarém, Monte Alegre e Breves busca expandir o acesso fluvial aos municípios, principalmente, do Baixo Amazonas e Marajó, beneficiando o transporte de passageiros e de cargas com maior segurança e eficiência, facilitado o escoamento da produção.

Estão previstas, ainda, a construção de duas eclusas na usina hidrelétrica de Tucuruí. As eclusas, com um canal de 5,5 quilômetros, permitirão o tráfego de embarcações e o transporte de até 22 mil toneladas de carga por via fluvial no rio Tocantins. O que servirá de incentivo para o desenvolvimento agropecuário, florestal e mineral no Vale do Tocantins-Araguaia, contribuindo para a geração de empregos na Amazônia e no Centro-Oeste.

Do investimento total, foram destinados para infraestrutura energética R\$ 5,6 bilhões, cuja estratégia vislumbra garantir a segurança desse insumo básico para todo estado e para a região Norte com baixo custo. Os empreendimentos nesse setor estão voltados para a geração e transmissão de energia elétrica. Por ser um estado de grande extensão territorial, em muitos municípios, o acesso à energia elétrica sempre foi um dos principais entraves produtivos, inviabilizando o armazenamento de produtos perecíveis, dificultado a vida dos pequenos produtores e de suas famílias cujas residências se encontram longe dos centros de comercialização.

A infraestrutura social e urbana recebeu o montante de R\$ 3,5 bilhões, visando a universalização do acesso à energia em 2010, "Luz para Todos" e a consequente melhora nas condições de vida da população. Com essa medida pretende-se proporcionar a elevação no nível de bem-estar das comunidades mais pobres que passarão a ter acesso ao consumo de eletrodomésticos para armazenamento de alimentos, assim como, obter informações mais

tempestivamente através dos diversos canais de comunicação.

#### 4.7 PAC NO ESTADO DE RONDÔNIA

No estado de Rondônia deverão ser investidos R\$ 17,9 bilhões em obras de infraestrutura até 2010, assim distribuídos: energética, 90,96% dos recursos; social e urbana, 6,73%; e, logística, 2,31%.

As obras de infraestrutura logística dizem respeito a melhoraria das condições de interligação de Rondônia com os demais estados da região Norte e Centro-Oeste, reduzindo os custos de transporte e a expansão do acesso fluvial, beneficiando o transporte de passageiros e de cargas. Os principais investimentos nessa área são a construção do terminal hidroviário de Porto Velho, a manutenção de rodovias, a edificação de ponte sobre o rio Madeira na rodovia BR-319 (Porto Velho-Manaus) e a construção da ferrovia de integração do Centro-Oeste entre Vilhena (RO) e Uruaçu (GO).

Na área social e urbana estão previstos investimentos para universalização do acesso à energia elétrica, medidas para neutralizar os impactos urbanos da implantação das usinas do rio Madeira, universalização do abastecimento de água e da primeira etapa do sistema de esgotamento sanitário em Porto Velho; recuperação de igarapés e erradicação de palafitas em Santa Bárbara Grande, os bairros Marcos Freire e Mariana, zonas Leste e Sul de Porto Velho; drenagem para controle da malária nos municípios de, Candeias do Jamari, Cujubim, Machadinho D'Oeste, Nova Mamoré e Porto Velho.

Os investimentos na área energética visam à modicidade tarifária e a segurança de seu abastecimento. Nessa linha, estão projetados a construção de usinas hidrelétricas de Santo Antônio, Madeira-Porto Velho-Araraquara, Rondon II e Jirau, a linha de transmissão Ji-Paraná-Vilhena, Jaru-Samuel e o inventário da bacia de Aripuanã. Outra iniciativa importante é a ampliação da malha de gasodutos Uruçu-Porto Velho que contribuirá para eliminar a queima de óleo diesel nas térmicas que abastecem de energia grande parte da demanda do estado e auxiliar o fortalecimento do pólo industrial de Rondônia.

Esses projetos devem, ainda, dobrar a população do estado, pelo menos durante os anos de construção das obras, o que ampliará significativamente o mercado de alimentos, confecção, agroindústria, fruticultura, piscicultura, leite, movelaria, artesanato, infraestrutura econômica e social, turismo, entre os principais, possibilitando boas oportunidades de negócios para o setor produtivo local.

Outra boa perspectiva para a economia estadual e da região é o "Caminho para o Pacífico". Essa infraestrutura contribuirá para a redução no custo dos fretes internacionais entre 25 e 30%; a possibilidade de se chegar ao mercado andino com 118 milhões de consumidores no Peru, Bolívia, Equador, Chile, Venezuela e Colômbia, bem como, incrementar o turismo local.

#### 4.8 PAC NO ESTADO DE RORAIMA

Os investimentos previstos para Roraima são da ordem de R\$ 647,9 milhões até o ano de 2010, sendo 60,20% para infraestrutura social e urbana, 38,70% para logística e 1,10% para energética.

Na área social e urbana estão previstos a urbanização do bairro Brigadeiro, investimentos para universalização do abastecimento de água e a elaboração de projetos de engenharia e ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário no município de Boa Vista. Cerca de 400 mil pessoas que vivem na capital do estado serão beneficiadas com as obras de saneamento básico e urbanização de favelas. Também estão programadas obras de drenagem para controle da malária nos municípios de Bomfim, Cantá, Caracará, Macajai e Rorainópolis.

Os investimentos na infraestrutura logística são para a reforma e ampliação do terminal de passageiros de Boa Vista e a manutenção de rodovias. Na área energética está previsto a realização do inventário da bacia do Rio Branco.

Esses investimentos são importantes uma vez que a economia de Roraima depende fortemente do Setor Público, onde os governos são os grandes empregadores e responsáveis por mais de 50% dos empregos formais. Cerca de 57% do PIB decorre das despesas da Administração Pública (União, Estado, Municípios), caracterizando-a como uma "economia do contracheque". Ademais, o estado e municípios são dependentes da União, pois cerca de 80% de suas receitas provem de transferências federais (FERREIRA; LIMA, 2006).

As principais oportunidades produtivas estão no segmento de grãos (arroz, milho, soja, feijão) e na fruticultura (banana, melancia, laranja e abacaxi).

#### 4.9 PAC NO ESTADO DO TOCANTINS

No estado do Tocantins os investimentos previstos pelo PAC, referente ao período de 2007 a 2010, são da ordem de R\$ 18,5 bilhões. As obras de infraestrutura logística, energética e social e urbana, representam, respectivamente, 61,04%, 32,35% e 6,61% desse valor.

Quanto à infraestrutura de logística estão planejadas as seguintes obras: construção da ferrovia Norte-Sul trecho norte, compreendendo a ligação entre os municípios de Araguaína (TO) a Palmas (TO); construção do trecho Sul, entre Palmas e Anápolis (GO); ferrovia de integração Oeste-Leste, integrando o nordeste brasileiro, a partir de Ilhéus (BA), a região norte a altura do município de Alvorada (TO). Essa iniciativa visa estruturar um corredor exportador para a produção regional, propiciando, assim, o aumento de sua competitividade. O primeiro trecho da ferrovia Norte-Sul, parte norte já está concluído e em operação comercial, inclusive com conexão com a estrada de ferro de Carajás, permitindo acesso ao Porto de Itaquí, em São Luís.

Na área energética será ampliada a linha de transmissão e a capacidade de geração de energia a partir

de usinas hidrelétricas, como as de Serra Quebrada, Tupiratins, Estreito, Novo Acordo, São Salvador e das usinas termo elétricas de Tocantinópolis e Nova Olinda. As obras contribuem para a segurança energética e modicidade das tarifas para o Tocantins, vindo a contribuir para expandir algumas atividades demandantes de energia como as agroindústrias de carne e de laticínios. A pecuária leiteira que tem exigido níveis tecnológicos mais modernos, como a necessidade de tanques de resfriamento nas propriedades, será beneficiada, assim como muitas outras atividades agropecuárias.

As iniciativas de infraestrutura social e urbana visam a universalização do acesso à energia elétrica em 2010; melhoraria das condições de vida da população, garantindo prevenção de enchentes e urbanização nos bairro

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os recursos planejados pelo PAC são importantes para minimizar os reconhecidos problemas infraestruturais da Amazônia, bem como proporcionar os efeitos macroeconômicos desejados nesse tipo de política, como induzir os investimentos privados na região e sua capacidade de ampliar a oferta de emprego e geração de renda. O Banco da Amazônia está participando efetivamente desse esforço. Até janeiro de 2008, aprovou a contratação de 23 projetos, no valor de R\$ 1,6 bilhão, com recursos do FNO, FDA e do BNDES, envolvendo empreendimentos estruturantes em diferentes setores da economia regional.

Faz-se também relevante para a Amazônia a construção de um "Projeto" ou "Visão Estratégica" que possa incorporar variáveis para além das relacionadas ao

Jardim Aurenly III em Palmas; remoção de moradias localizadas em beiras de córregos e áreas de risco no Setor União, Irmã Dulce, Setor Taquari e ocupação Setor Norte, em Palmas; produção habitacional em Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Araguatins, Colinas do Tocantins, Miracema do Tocantins, Tocantinópolis e Guaraí.

O conjunto dessas iniciativas tende a contribuir para estruturar e adensar alguns aglomerados produtivos na economia tocantinense. As principais cadeias produtivas apontadas para serem desenvolvidas nos próximos anos no estado são: apicultura, grãos (arroz, milho e soja), carne, couro, leite, confecção e vestuário, construção civil, fruticultura, madeira e móveis, mandioca, mineração, ovinocaprinocultura, piscicultura e do turismo (SENAI, 2006).

crescimento econômico. Essa visão estratégica deve valorizar, precipuamente, seus recursos humanos e naturais.

Nessa linha, deve-se pensar em uma ampla mobilização e articulação de políticas para a Região tendo como base investimentos massivos em ciência e tecnologia, elevação do capital humano (educação, qualificação profissional, saúde e qualidade de vida em seu sentido *lato*) e em infraestrutura produtiva, como forma de minimizar os principais gargalos a formação de arranjos produtivos competitivos. As críticas e teses do memorável Celso Furtado continuam atuais e inspiradoras para alicerçar a construção de um "Projeto Amazônia".

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.
- BARRETO, R. C. S.; ARRAES, R. A. Fatores institucionais e desenvolvimento econômico. **Teoria e evidência econômica**, Passo Fundo, v. 10, n. 19, p. 109-137, nov. 2002.
- Boletim do PAC, n. 4, jan./abr., 2008. Disponível em: <www.brasil.gov.br/pac>. Acesso em: 31 out. 2008.
- BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento: 2007-2010**. Brasília, DF, jan./abr. 2007. Disponível em: <www.brasil.gov.br/pac>. Acesso em: 31 out. 2008.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia nacional e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 2, abr./jun. 2006.
- CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Rede de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 1998.
- FERREIRA, M. N. C.; LIMA, J. P. P. **Relatório de viagem ao estado do Roraima**. Belém: Banco da Amazônia, 2006. 18 p. Documento interno.
- FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 4 (96), p. 483-486, out./dez. 2004.
- MOREIRA, C. A. L. Uma avaliação das propostas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). **Conjuntura Econômica do Nordeste**, Fortaleza, n. 11, out./dez. 2006.
- MORI, R. O que limita o crescimento. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jan. 2007.
- REBELLO, F. K.; SANTOS, M. A. S.; NERY, M. M. **Relatório de viagem ao estado de Rondônia**. Belém: Banco da Amazônia, 2006. 28 p. Documento interno.
- REIS, C. F. B. O investimento público e o desenvolvimento econômico do Brasil. **Informações FINEP**, São Paulo, n. 333, p. 20-26, jun. 2008.
- SANTOS, M. A. S.; REBELLO, F. K.; CASTRO, R. C. **Relatório de viagem ao estado do Tocantins**. Belém: Banco da Amazônia, 2006. 28 p. Documento interno.
- SENAI. **Mercoeste: perfil competitivo do Estado do Tocantins**. Palmas, 2006. 320 p.
- SILVA, R. S. Cenários para 2023. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 11, nov. 2007.



### Elaboração do Texto

Fabício Khoury Rebello  
GEREO/CEMAR

Maria Lúcia Bahia Lopes  
GEREO/CEMAR

Marcos Antônio Souza dos Santos  
GEREO/CEMAR

### Comissão de Publicação

**Coordenadores**  
Antônio Carlos de Lima Borges  
Luiz Lourenço de Souza Neto

**Editores Técnicos**  
Marcos Antônio Souza dos Santos,  
Maria Lúcia Bahia Lopes,  
Fabício Khoury Rebello e  
Oderle Milhomem Araújo

**Editoração**  
Paulo do Carmo Pereira